

Políticos, os olhos que faltam

— Nos primeiros anos de Brasília, os parlamentares se mostraram arrédijs à nova capital. Como os funcionários públicos — que recebiam a famosa “dobradinha” como incentivo para vir trabalhar aqui — os deputados e senadores, a princípio, não escondiam o seu desgosto com a Capital Federal.

A maioria absoluta dos congressistas não mantinha residência fixa em Brasília. A Câmara e o Senado não tinham residências oficiais. Os parlamentares com cargos nas Mesas das duas Casas ganhavam um apartamento, mas os demais ficavam mesmo hospedados em hotéis, servindo-se durante anos da ponte-aérea entre Brasília e seu Estado natal.

Alguns continuam, 16 anos depois, em regime de ponte-aérea, como os senadores Nelson Carneiro (MDB-RJ) e Teotônio Vilela (Arena-AL). Difícilmente são encontrados em Brasília nos fins de semana.

Mas a grande maioria dos parlamentares reside hoje em Brasília. Depois de muitos anos, foram afinal construídas as residências oficiais do Congresso e cada deputado ou senador — como os funcionários públicos — passou a ter direito a um apartamento funcional.

Com a maturidade que a cidade ganhou nos últimos anos e a melhoria da estrutura social, quase todos trouxeram a família para cá. A cidade “indesejável”, para onde todos vinham por obrigação, passou a ser uma verdadeira capital nacional, e hoje já pensa em ter sua própria representação política no Congresso.

O deputado Siqueira Campos (Arena-GO) pode ser considerado como o mais fervoroso “representante” de Brasília no Congresso. Deputado radicado no norte de Goiás, tenta su-

prir a inexistência de uma representação oficial de Brasília, reclamando, por vezes, dos problemas do Distrito Federal.

Siqueira Campos explica que esse papel ele faz forçado pela inexistência de um canal de comunicação entre o povo e o Governo. Segundo ele, povo e Governo se ressentem disso: o povo, porque não pode expressar os seus anseios; o Governo, porque não pode prever ou localizar os problemas do Distrito Federal.

O deputado critica a ausência de uma representação oficial de Brasília, afirmando que o papel extra-oficial cumprido por parlamentares de outros Estados “carece de autenticidade”.

— Afinal, não fazemos mais que quebrar o galho para ajudar a cidade onde vivemos. Ela tem problemas imensos de estrutura, problemas que se espalham por toda a área do Distrito Federal, incluindo as cidades-satélites. Como não há representação política, alguém tem de fazer alguma coisa.

Depois do aniversário de Brasília, Siqueira Campos vai insistir na aprovação de uma emenda constitucional estabelecendo a representação política de Brasília. Ele já apresentou um projeto, que foi recusado, fixando em três, o número de deputados do Distrito Federal.

Agora, pretende sugerir que os representantes de Brasília sejam dois, mesmo número que vai propor para os territórios. Mais tarde, então, o deputado por Goiás vai tentar criar a Assembléia Legislativa do Distrito Federal.

Desinteresse

Os partidos políticos, por sua vez, não se interessaram em criar diretórios em Brasília. No recente simpósio “O homem e

a cidade”, promovido pela Arena, Siqueira Campos propôs ao partido, a criação do Diretório Regional da Arena no Distrito Federal. A idéia foi aprovada, mas, segundo ele, “morreu na gaveta do Deputado Francellino Pereira”.

O curioso é que, enquanto a Arena e o MDB não providenciam seus diretórios em Brasília, o PDR — partido em formação e inspirado pelo ex-deputado Pedro Aleixo, já falecido — tem uma comissão provisória extra-oficial no Distrito Federal e um número razoável de adeptos.

Siqueira Campos diz que Brasília tem “sede de política”.

— Nós temos aqui — explica — o melhor material humano para fazer política em alto nível. Temos milhares de universitários, filhos de deputados e altos funcionários, grande número de funcionários graduados do Governo, enfim, uma cidade com mais de 800 mil habitantes, que querem eleições.

— Nas eleições de 1974 — acrescentou — chegaram a inventar um “voto em trânsito” especial e os eleitores que tinham título em outro Estado puderam votar nos candidatos de seus Estados. Esse foi um recurso para compensar a ausência de eleições legítimas. Mas foi necessário porque há uma grande frustração no povo brasileiro, todos querem votar, querem fazer política, querem ter uma representação.

Limites

“Brasília é uma cidade que não cabe mais em si mesma”, afirma o senador Lázaro Barbosa (MDB-GO, outro que sempre reclama solução para os problemas da cidade, ao ressaltar que Brasília ultrapassou os limites previstos originalmente.

— Planejada para ser apenas um centro administrativo —

observou — Brasília está próxima de um milhão de habitantes e tem todos os problemas sociais de uma grande metrópole.

O senador afirma que os problemas sociais, principalmente nas cidades-satélites, “crescem assustadoramente pela absoluta falta de vinculação entre o povo e o Governo”.

— O Governo não tem olhos para os problemas estruturais da cidade, que são muito graves, nos setores da habitação, saúde, água e esgotos e transportes. Diria até que são mais graves que os de outras grandes cidades, porque Brasília tem apenas 16 anos e não era para estar enfrentando todo esse drama social.

Desprotegida

Lázaro Barbosa admite que a tendência dos problemas é para uma gravidade cada vez maior porque Brasília continua a ser um centro polarizador das emigrações internas, recebendo grandes levas de pessoas não qualificadas para o trabalho e oriundas do Pará, Goiás, Bahia, do Nordeste em geral e de Minas Gerais.

— Brasília está pagando o preço de ser uma cidade alienada e desprotegida — diz. — Na medida em que o povo sofre problemas graves e o Governo insiste em prosseguir construindo viadutos, passamos a temer pelo futuro desta metrópole. É preciso que ela tenha uma representação política que transmita ao Governo os reais anseios da população e critique os atos inúteis ou errados. O Governo não pode exercer o seu papel de acordo com seus desejos, mas de acordo com as necessidades do povo.